

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.663 - PE (2019/0328632-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **J P DE O - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **J P DE O J - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS** : **SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE - PE020111**  
: **BRUNA PORTO BARRETO - PE028531**  
: **KARLA REGINA SIQUEIRA ALENCAR DE OLIVEIRA - PE018468**  
**RECORRIDO** : **L N DOS S**  
**ADVOGADOS** : **ABNILTO ALVES DO AMARAL - PE029106**  
: **LUÍS ALBERTO GALLINDO MARTINS - PE020189**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA 735/STF.

1. Esta Corte Superior, em sintonia com o disposto na Súmula 735/STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, por não representar pronunciamento definitivo, mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, sujeito a modificação a qualquer tempo.

2. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto pelo espólio de JPdeO, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA CAUTELAR. ARROLAMENTO DE BENS. UNIÃO ESTÁVEL. MEDIDA LIMINAR. PROVIMENTO.

1. Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão de primeiro grau que negou a medida liminar cautelar de arrolamento de bens.

2. O procedimento de arrolamento cautelar de bens exige a revelação de interesse legítimo e risco grave de dilapidação dos bens.

3. Diante das circunstâncias do caso, estando presente a verossimilhança das alegações, faz-se mister deferir o pedido de pesquisa e arrolamento de bens e valores adquiridos na constância da união estável, ou seja, entre dezembro de 1999 e novembro de 2012.

4. Agravo de instrumento provido (fl. 675).

Opostos dois embargos de declaração, os primeiros foram acolhidos sem

# Superior Tribunal de Justiça

efeitos infringentes, e os segundos, rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 258, II, do Código Civil/16 e 1.641 do Código Civil/02, bem como à Súmula 377/STF.

Sustenta, em síntese, que o regime de bens aplicável aos que contraíram união estável quando contavam com mais de sessenta anos na vigência do Código Civil de 1916 é o da separação de bens, "não havendo nenhum bem a ser arrolado". Alternativamente, afirma que "eventual divisão de bens deve ocorrer apenas com relação aos bens adquiridos onerosamente pelo *de cujus*, desde que comprovado o esforço comum" (fl. 1.049).

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 1.123-1.134).

É o relatório. Decido.

2. Esta Corte Superior, em sintonia com o disposto na Súmula 735/STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, por não representar pronunciamento definitivo, mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, sujeito a modificação a qualquer tempo.

3. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator